

## DIMENSÃO POLÍTICA NA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DO ASSENTAMENTO RURAL “PADRE JOSIMO I E II” EM CRISTALÂNDIA-TO E ENTORNO<sup>1</sup>

**Cíntia Souza Dantas da Silva**  
Mestre em Desenvolvimento Regional - IFTO  
[cintiadantas@ifto.edu.br](mailto:cintiadantas@ifto.edu.br)

### RESUMO

Este estudo tem como objetivo abordar os impactos socioterritoriais do/no assentamento rural “Padre Josimo I e II”, no município de Cristalândia-TO e entorno. Os impactos são resultado das ações dos sem-terra por meio da ocupação de latifúndios e da conquista da terra. Os assentamentos representam, primeiramente, o processo de reordenação territorial através da formação de pequenas unidades produtoras e, como consequência, o processo de fortalecimento da agricultura camponesa. O procedimento metodológico adotado foi o levantamento de teóricos que tratam da temática dos assentamentos rurais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), relacionando-os aos conceitos de território e territorialização para compreender a temática socioterritorial que trata de mudanças provocadas pelos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra. Trabalhamos o estudo sob a visão política, a fim de apresentarmos algumas contribuições para a compreensão dos impactos socioterritoriais no processo de formação do assentamento, como também nos processos de espacialização e territorialização na luta pela terra.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais. Reordenação territorial. Impactos socioterritoriais.

### POLITICAL DIMENSION IN THE ANALYSIS OF SOCIOTERRITORIAL IMPACTS OF RURAL SETTLEMENT “PADRE JOSIMO I E II” IN CRISTALÂNDIA-TO AND SURROUNDINGS

### ABSTRACT

This study aims to address the impacts of socioterritorial / rural settlement in Padre Josimo I and II in the city of Cristalândia-TO and surroundings. The impacts are the result of the actions of the landless through the occupation of estates and the conquest of the land. The settlements represent first the territorial reordering process through the formation of small production units and, as a consequence, the process of strengthening of peasant agriculture. The method used was a survey of theorists dealing with the issue of rural settlements connected to the Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) relating them to the concepts of territory and territorialization in order to understand the theme socioterritorial comprising changes caused by social movements involved in struggle for land. We work study under the political vision to present some contributions to the understanding of socio-territorial impacts in the formation process of the settlement, but also in the processes of spatialization and territorialization in the struggle for land.

**Keywords:** rural establishments. Territorial reordering. Socioterritorial Impacts.

---

<sup>1</sup> Recebido em 08/11/2012

Aprovado para publicação em 11/12/2012

Artigo extraído da Dissertação de Mestrado “Os impactos socioterritoriais do Assentamento Pe. Josimo I e II no município de Cristalândia-TO e entorno”. Com orientação do Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira. Defendida em 27 de maio de 2009 no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com dados revisados em nov. 2011 e mar. 2012.

## 1. INTRODUÇÃO

Os impactos socioterritoriais referem-se a mudanças provocadas por um fato social que se territorializa e se espacializa num determinado lugar, reconfigurando de modo significativo sua dinâmica. Neste trabalho procuramos entender os impactos socioterritoriais como questão teórica propícia para estudar os assentamentos e seus reflexos sobre seu entorno e mais especificamente, neste artigo, procuramos aplicar o conceito de impactos socioterritoriais às mudanças significativas provocadas pelo assentamento rural Pe. Josimo I e II nos municípios de Cristalândia, Nova Rosalândia e Oliveira de Fátima no estado do Tocantins.

A análise dos assentamentos e seu entorno sob a ótica dos impactos socioterritoriais nos oportuniza a compreensão de que estes são oriundos das lutas dos sem-terra no país contra as oligarquias agrário-latifundiárias. Os sem-terra e os latifundiários são atores antagônicos nessa dinâmica de domínio sobre os territórios.

Neste artigo trataremos da dimensão política dos impactos socioterritoriais nos três momentos que Medeiros e Leite (1998) delimitam como sendo os da trajetória do assentamento: o histórico da região, a ação do Estado e o momento de instalação e reprodução do assentamento.

## 2. IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS COMO QUESTÃO DE ANÁLISE PARA OS ASSENTAMENTOS

O termo “impacto”, no senso comum, transmite a ideia de colisão, choque, denotando uma mudança brusca ou mesmo uma força que leva à transformação. É muito utilizado reportando-se à ideia de impactos ambientais, econômicos e sociais, geralmente ligados à avaliação de consequências previstas para projetos, numa análise custo/benefício.

Ao se trabalhar as transformações socioterritoriais, procurando entender os elementos da questão agrária brasileira, o termo impacto — como “força que força a transformação” (FERNANDES; LEAL, 2002, p. 7) — também é escolhido para analisar o processo de conquista ou obtenção da terra nesse conflito social histórico.

No Brasil, o campo foi apropriado e construído com características específicas que o diferenciam bastante dos processos ocorridos em outros países como a Rússia, a Alemanha e a Itália. Aqui, o próprio modo capitalista de produção gerou e reproduziu o produtor familiar (OLIVEIRA, 2007).

No que se refere, em específico, à produção agropecuária familiar, existem diferentes abordagens de estudo. Oliveira (1991), ao discutir vertentes teóricas que estudam a questão agrária no Brasil, aponta três grupos de pesquisadores. Um dos grupos vê a generalização das relações de produção tipicamente capitalistas no espaço rural. Assim, através do assalariamento ou da transformação do camponês em abastado, o campesinato estaria em extinção. Outro grupo acredita na penetração do capitalismo no campo, transformando o camponês em proletário. Já o terceiro grupo de pesquisadores compreende as relações não tipicamente capitalistas no espaço rural — assalariamento, mecanização, produção voltada ao mercado — como produto das contradições do próprio modo capitalista de produção.

É sob esta perspectiva que se fundamenta a presente investigação, refutando a ideia de destruição do camponês e enfatizando a sua recriação “na reprodução capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela Reforma Agrária” (FERNANDES, 2000, p. 279-280).

Em conformidade com o terceiro grupo de pesquisadores, inúmeras teses e pesquisas importantes e referenciais sobre a Reforma Agrária no Brasil têm conseguido explicar questões às quais se propuseram a compreender, dando razão de existir a outras pesquisas desenvolvidas atualmente sobre essa temática.

Nesse viés, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através dos assentamentos, se territorializa, ou seja, ocupa uma fração dos espaços transformados pelo trabalho. Assim, através da territorialização camponesa no espaço dos latifúndios, o campo vem sofrendo alterações em sua estrutura fundiária, política e socioeconômica.

Importante também é salientar o que se entende pelos conceitos de “camponês” e “agricultor

familiar”. Inúmeros trabalhos ou tratam esses conceitos como iguais ou os utilizam sem a necessária reflexão teórica, o que faz o camponês (agricultor de subsistência) aparecer como agricultor familiar e vice-versa.

Em linhas gerais, os teóricos da agricultura familiar, como Veiga e Abramovay, apresentam argumentos que destacam a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. Viés esse que leva à destruição do campesinato. (VEIGA, 1991, p. 190-192; ABRAMOVAY, 1992, p. 21-22)

Sob essa visão, ainda segundo os autores, os teóricos da agricultura familiar procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo que o metamorfoseia em agricultor familiar. E, quando não conseguem comprovar a destruição do camponês, procuram refutar o conceito como tendo perdido seu poder explicativo.

Esses argumentos são contrários à visão que temos de que não é o mercado que possibilita a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações, principal forma de acesso à terra hoje em dia. Nossa visão não ignora que a luta pela terra e o desemprego estrutural são elementos relevantes para a análise do campo atualmente. Nesse contexto, inúmeras políticas vêm sendo implementadas no sentido de repensar a relação campo-cidade, o que tem sido denominado de “desenvolvimento sustentável”, tanto em escala local quanto regional. No entanto, esse conceito apresenta-se, segundo Fernandes e Leal (2002), como uma forma de substituição do termo “questão agrária”.

Como possibilidade de se compreenderem os elementos da questão agrária para o desenvolvimento de novos referenciais de análise, Fernandes e Leal (2002) apresentam o conceito de “impactos socioterritoriais”, entendido da seguinte maneira:

Mudanças que ocorrem no território através das ações dos sem-terra, do Estado e dos latifundiários. Essas ações são resultantes das ocupações de latifúndios, de caminhadas, de ocupação de prédios públicos, da implantação de assentamentos, ou seja, das reivindicações das famílias participantes na luta pela terra. (FERNANDES; LEAL, 2002, p.7).

Para analisar a extensão das principais mudanças realizadas com a transformação causada pelos assentamentos, os pesquisadores propõem um método de análise em que procuram compreender as dimensões e os indicadores dos impactos socioterritoriais.

As dimensões, por exemplo, são mudanças no âmbito social, como acesso à educação e à saúde; no âmbito político, como reivindicações aos poderes públicos para implantação de infraestrutura nos assentamentos e entorno; e no âmbito econômico, por intermédio da intensificação da produção, de autoconsumo e da comercialização agrícola.

Nos impactos socioterritoriais é possível identificar tanto as potencialidades políticas, econômicas e sociais, quanto a construção de projetos públicos. Isso porque os assentamentos representam a ressocialização das famílias assentadas, através de acesso à saúde, educação, infraestrutura, transporte, produção agropecuária e de rearranjo territorial. Esses impactos também são sentidos pelas famílias não assentadas — aquelas das comunidades circunvizinhas — através do não recebimento desses benefícios geradores de possibilidades de transformações.

Desse modo, a partir da trajetória de luta pela terra e da ocupação como processo de territorialização na conquista de assentamentos rurais, é possível compreender o início das transformações no processo dos impactos socioterritoriais.

Sob essa ótica, procuramos identificar os impactos, abordando três diferentes momentos da trajetória do assentamento, sendo eles: o histórico da região, a ação do Estado e o momento de instalação e reprodução do assentamento (MEDEIROS e LEITE, 1998).

O primeiro momento, ao trazer o histórico de luta pela terra, localiza conflitos, lideranças, alianças e oposições. As ocupações, além de suscitarem conflitos, alteram paisagens e mobilizam a opinião pública. São processos longos, marcados por mudanças de local, pela difícil adaptação à rotina de acampado, pela árdua negociação com fazendeiros e Estado. E, também, um período em que, vivendo à beira da estrada, os acampados estão expostos a julgamentos e pareceres da opinião pública.

Os acampados se apresentam como uma “nova” questão para aquela região, como “problema” político, no sentido de que forças políticas locais e o Estado – em diferentes esferas: executivo, legislativo e judiciário – passam a reconhecer a existência da tensão. Há, também, a pressão da opinião pública, o que ajuda a constituir uma necessidade de se buscarem respostas para o conflito.

Esse momento se caracteriza pela ação do Estado que, ao intervir no conflito, passa a ter que considerar as condições de ocupação, organização, produção, relações sociais e políticas existentes; além de buscar a regularização ou desapropriação de terras, delimitação das áreas dos assentados, fornecimento de linhas de crédito, dentre outras formas de intervenção.

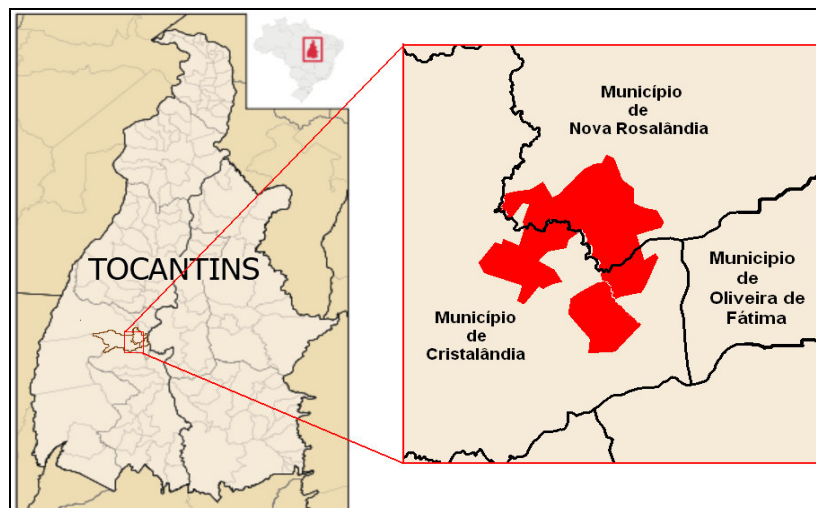
É desse ponto que se inauguram os direitos relativos à terra, dos quais surgem outros direitos – reconhecidos e a serem conquistados –, bem como a legitimidade de negociação com o Estado. Começa, então, uma fase que representa uma nova situação, com novas relações sociais e políticas, numa ruptura com a situação anterior – os “territórios dos latifundiários” tornam-se “territórios de camponês assentado”, transição que se reflete claramente nas relações de poder local.

Num terceiro momento, também marcado por transformações características dos impactos dos assentamentos, há a instalação e a reprodução do assentamento, no qual novas necessidades, demandas e negociações surgem para seus participantes.

Em nossa pesquisa, por exemplo, constatamos que os assentados do Pe. Josimo I e II realizam suas atividades cotidianas – escola, lazer, compras e outras transações – não só no município a que pertence o assentamento (Cristalândia), mas também em outros municípios vizinhos: Nova Rosalândia e Oliveira de Fátima. O assentamento Pe. Josimo I e II está localizado no sudeste do estado, no município de Cristalândia, a 140 km da capital do estado, Palmas.

Assim, a área de abrangência dos impactos socioterritoriais do assentamento em estudo, em tom mais escuro na FIGURA 1, que compreende os três municípios, não foi eleita por um critério que privilegie aspectos físicos ou ambientais. Buscou-se, sim, resgatar dimensões e relações sociais, culturais, políticas e econômicas entre os assentados e os municípios supracitados.

**FIGURA 1** – Localização dos municípios de Cristalândia e Nova Rosalândia e do Assentamento Pe. Josimo I e II



Fonte: SEPLAN (2003); PDA (2008). Adaptado pela autora.

Medeiros e Leite (1998, p. 8) salientam que a necessidade de traçar parâmetros para qualificar a “região” os levou a considerar referências tanto geográficas quanto sociológicas. Tais referências acabaram por indicar que a análise regional deve ser considerada, cada vez mais, sob um prisma multidimensional. Assim, não se trata de privilegiar aspectos físicos, ambientais ou econômicos, mas de resgatar as dimensões sociais, culturais e políticas.

Os autores reforçam isso citando Alentejano (1997, *apud* MEDEIROS; LEITE, 1998, p. 9), segundo o qual, “a literatura nos leva a perceber que o que se considera, em cada caso, como

sendo uma região é uma construção do pesquisador, em função de variáveis que consideram relevantes e que, uma vez destacadas, confirmam certas redes de relações que têm uma determinada delimitação”. A região pode ser vista, também, como “uma construção social a partir dos enfrentamentos históricos entre diferentes atores sociais e diferentes projetos” (ALENTEJANO, 1997, *apud* MEDEIROS; LEITE, 1998, p. 9).

A respeito disso, os autores consideram, ainda, que o desafio para os pesquisadores, ao mesmo tempo que têm como pano de fundo diferentes recortes regionais, constituídos por determinadas instituições – como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as Secretarias de Agricultura, dentre outras –, é de buscar

Equacionar possíveis delimitações de regiões construídas a partir dos assentamentos, entendidas como área de influência e de constituição de uma determinada rede de relações econômicas, sociais e políticas (que podem coincidir com um município, com um conjunto de municípios, ou com partes deles). Com isso, estamos assumindo que há processos múltiplos a serem considerados que antecedem o assentamento, são concomitantes a ele e o sucedem (MEDEIROS; LEITE, 1998, p. 8).

### 3. CAMINHO METODOLÓGICO

Para a realização da pesquisa, na fase exploratória, fizemos uma revisão bibliográfica em meio impresso e digital acerca dos assuntos estudados: questão agrária brasileira, território e processos territoriais, assentamentos rurais e processos de territorialização do espaço, movimentos socioterritoriais no campo e impactos socioterritoriais, dentre outros.

Nessa fase, além de pesquisa bibliográfica para delinear o aparato teórico, foram também realizadas reuniões com a coordenação geral e de grupos de famílias do assentamento, a fim de apresentar os objetivos da pesquisa e levantar informações primárias a respeito do movimento e suas ações.

As entrevistas, realizadas com a coordenação geral e com os coordenadores de núcleo de famílias, tiveram o objetivo de ampliar a busca por informações com outros atores sociais, os quais exercem influência no pensamento e nas ações cotidianas do assentamento. Procuramos, através das conversas, abranger três dimensões: a econômica, a política e a social; para, a partir daí, definirmos os indicadores a serem analisados em cada uma delas. Tentamos, também, identificar as relações do assentamento com os municípios do seu entorno. Isso com a finalidade de estabelecer um levantamento qualitativo da realidade do assentamento, coletando informações dentro das três dimensões (social, política e econômica). Nessa fase, como ferramenta de coleta de informações, foi organizado um levantamento sobre a linha histórica do assentamento. Nesse passo, houve a identificação de informantes qualificados – pessoas internas e externas ao assentamento que têm alguma influência sobre a dinâmica organizativa e/ou possuem informações importantes a serem sistematizadas sobre a realidade pesquisada.

Dentre os informantes internos identificamos: lideranças jovens, mulheres ativas politicamente, responsáveis pelas famílias, pessoas que conhecem a região ou a história de exploração da Fazenda Jatobá (desapropriada pelo INCRA para a implantação do assentamento em 2005). Dentre os informantes externos, encontramos: funcionários do INCRA-TO, das Prefeituras Municipais de Cristalândia, Nova Rosalândia e Oliveira de Fátima, de órgãos do setor financeiro e comercial, bem como lideranças regionais.

Na fase investigativa, com o objetivo de colher dados para análise global, analisamos documentos históricos, estatísticos e cartográficos do assentamento junto ao IBGE, ao INCRA-TO, às Prefeituras Municipais e às Associações dos assentados, dentre outros.

Para a coleta de dados mais específicos, numa pesquisa qualitativa, a fim de captar mudanças ocorridas intra e extra-assentamento, desde a sua implementação, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com assentados, comunidades vizinhas e representantes de órgãos pertinentes ao estudo. Com isso, pudemos delinear trajetórias pessoais e de grupo, e constatar as relações entre eles.

A pesquisa de campo aconteceu em dois momentos: primeiramente, no assentamento (em outubro e novembro de 2008), através de entrevistas semiestruturadas. Depois (de janeiro a março de 2009; com revisão de dados em novembro/2011 e março/2012), nos municípios de Cristalândia, Nova Rosalândia e Oliveira de Fátima, onde entrevistamos pessoas ligadas ao poder público municipal, ao setor financeiro e comercial.

Dentre o grande número de variáveis que poderiam ser averiguadas no assentamento Pe. Josimo I e II, destacamos no QUADRO 1, a dimensão política, eleita para elaboração do presente artigo em virtude da limitação exigida no formato artigo.

É relevante ressaltar que pretendemos averiguar tais variáveis buscando traçar um paralelo entre os dados estatísticos e as informações reveladas pelos entrevistados. Mesmo observando que essas informações nem sempre são reais, na maioria das vezes são impressões individuais, constando de suposições e aproximações, é preciso entender que são relevantes para identificar – em conjunto com os dados coletados – o momento histórico do assentamento.

**QUADRO 1 – Impactos socioterritoriais: dimensões e indicadores**

Dimensões	Indicadores
SOCIAL	<b>SAÚDE</b> - Local e transporte para atendimento - Fonte de abastecimento de água - Programas específicos de saúde rural - Principais dificuldades encontradas para atendimento - Acesso à infraestrutura- condições sanitária e de saúde
	<b>EDUCAÇÃO</b> - Grau de escolaridade - Qualidade do ensino - Outras práticas educativas - Adequação para atendê-los
	<b>TRANSPORTE</b> - Meios, números e qualidade do transporte - Estradas (condições, responsabilidades)
	<b>MORADIA</b> - Construção e condição de moradias e áreas comuns - Crédito habitação (valor e uso) - Infraestrutura elétrica e telefônica
	<b>CULTURA</b> - Formas de lazer e atividades culturais das famílias assentadas - Uso de espaços comunitários
POLÍTICA	<b>PODER LOCAL, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> - Participação na organização do assentamento - Eleições, alianças políticas com partidos, MST e outros movimentos - Relacionamento assentamento governo - Relacionamento assentamento/órgãos responsáveis
	<b>ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL</b> -Tempo em acampamento e ocupações de terras -Volume e origem da população assentada - Motivo para ingresso no movimento
ECONÔMICA	<b>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO E FONTES DE RENDA</b> - Experiência de trabalho anterior ao assentamento - Acesso a bens de consumo - Acesso a políticas sociais compensatórias ou distributivas - Produção, extração e comercialização - Formas de organização para o trabalho - Fontes de renda

Fonte: Organizado pela autora a partir de pesquisa de campo.

Vale salientar, também, que classificar os impactos em três dimensões – social, política e

econômica — não significa, de modo algum, que os estamos entendendo de forma fragmentada. Essas dimensões são indissociáveis, apesar de serem organizadas separadamente no trabalho original e de, nesse artigo, ter sido enfatizado o aspecto político.

#### **4. OS IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS DO ASSENTAMENTO PE. JOSIMO I E II EM SEU ENTORNO**

##### **4.1. Histórico da territorialização do Assentamento Pe. Josimo**

Após várias reuniões com os movimentos ligados à questão da Reforma Agrária no Tocantins, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra e Sindicatos Rurais), constatou-se uma tendência de organização e apoio a acampamentos de sem-terra por todo o estado. Foi a partir dessas ações dos movimentos que surgiu, no dia 31 de julho de 2003, o acampamento Pe. Josimo, às margens da BR -153, a 10 km de Nova Rosalândia e a 3 km de Oliveira de Fátima. Era formado, inicialmente, por cerca de 330 famílias, as quais, nesse período de formação, receberam do MST formação política: participando de reuniões nos grupos de famílias, ocupando órgãos públicos, fazendo parte de marchas, mobilizações e de outras atividades de cunho político.

É nesse período de grande movimentação que, no acampamento, organizado sob a coordenação do MST, funcionavam setores de educação, saúde, abastecimento, segurança, esporte e religião, a fim de buscar, junto às prefeituras, atendimento para tais áreas. Ainda aconteciam assembleias nas quais eram discutidos assuntos relevantes para as famílias acampadas. Para garantir o sustento, em especial, os homens vendiam sua força de trabalho — em fazendas da região ou em atividades temporárias em cidades próximas. Com o tempo, algumas famílias foram desistindo do acampamento, tanto por dificuldades financeiras quanto pela falta de infraestrutura.

Para aprofundarmos essa discussão a respeito das ocupações de terra, utilizamos dados coletados na pesquisa de campo realizada no assentamento. Pela análise dos dados, constatamos que a maioria das famílias participou do processo de ocupação, ali permanecendo durante toda a fase de acampamento — cerca de 23 meses.

Ainda pudemos averiguar que os motivos que os levaram a tomar parte no movimento são os mais diversos. O retorno ao trabalho no campo, através da propriedade da terra, é justificativa forte, inclusive para aqueles que estavam trabalhando em outras atividades nas cidades, mas que nutriam o desejo de retornar ao campo para trabalhar, conforme faziam na infância e a exemplo de seus antepassados. Também, muitos viram nessa oportunidade um modo de escapar da dinâmica das cidades, à qual não se habituaram e onde não queriam que seus filhos fossem criados. Algumas dessas pessoas apontam a violência e a incerteza do sustento da família como os fatores mais marcantes para a decisão de participar do movimento.

Vemos, assim, que a cidade não foi capaz de absorver a grande massa de camponeses que foram expulsos, de diversas formas e por motivos variados, de suas localidades no campo. Geralmente, foram impulsionados para as periferias das grandes e médias cidades brasileiras, numa espécie de migração forçada. Esse quadro, em apenas uma década (1960), transformou a população brasileira “da noite para o dia”: de uma população tradicionalmente rural para uma “despreparadamente” urbana.

Diante desse contexto, entendemos a ocupação da terra como forte impacto socioterritorial na vida dos trabalhadores. Sobre esse assunto, Ramalho (2002, p. 81) afirma que:

Os acampamentos nas beiras das estradas, as famílias debaixo das lonas pretas, as organizações internas nos acampamentos, os despejos, as reintegrações de posse, as negociações entre sem terra, fazendeiros e Estado até a conquista da terra, são ações sociais pensadas politicamente, que geram alterações no território.

E foi durante esse tempo de acampados que as famílias de que tratamos neste estudo, oriundas de diversas cidades de Tocantins e de outros estados como Pará e Maranhão, aprenderam a conviver com diferentes costumes e tradições. Importante para isso foi a dinâmica política de organização do MST, que busca fortalecer o ideal de luta pela Reforma

Agrária. Passado o período vivido no acampamento, a Fazenda Jatobá, após longo processo, foi desapropriada pelo INCRA, abrindo espaço para as famílias se instalarem.

Assim, após portaria de 30 de maio de 2005, em junho desse mesmo ano, foi efetuada a transferência das famílias (Pe. Josimo II) para as terras da antiga Fazenda Jatobá. No momento da transferência, o acampamento era composto de 161 famílias. Para a área que se denominou Pe. Josimo I seguiram 102 famílias e para a Pe. Josimo II, 59 famílias. Essa divisão interna das famílias existe desde o período do acampamento. Isso porque o segundo grupo de famílias se juntou ao acampamento num momento posterior ao início da ocupação. Daí a explicação para a nomenclatura do assentamento: Pe. Josimo I e II.

Durante a pesquisa de campo, percebemos também que as famílias do Pe. Josimo I têm ligação política com o MST. Já as famílias do Pe. Josimo II guardam maior ligação e referência com o trabalho e a vida no campo, por já terem tido, em sua maioria, experiência com a terra.

Na transferência para a antiga fazenda, as famílias permaneceram em estrutura de agrovila até 29 de agosto de 2007. Nessa data, foi realizado o sorteio dos lotes individuais, divididos e distribuídos numa área total de 8.146,0683 ha. Além dos lotes havia, também, espaços destinados à implantação de estruturas coletivas do assentamento como escolas, posto de saúde, dentre outras; além de áreas de reserva e preservação ambiental.

Hoje, cada família reside em seu lote e participa ativamente das diversas ações coletivas e sociais do assentamento. Elas mantêm a organicidade trazida do acampamento, de que são exemplos os núcleos de famílias. Os assentados ainda se veem e se entendem como “sem-terra”, a fim de ainda persistirem nos ideais iniciais e de auxiliarem outras famílias que ainda estão no início do processo de luta pela terra.

A respeito da realidade que estudamos sobre assentamentos e os impactos socioterritoriais que causam, e em concordância com Fernandes e Leal (2002, p.8), entendemos que “as ocupações de terra são os principais elementos geradores desses impactos”. Entendemos também que, em seguida, são os assentamentos que passarão a imprimir potencialidades políticas, econômicas e sociais aos impactos, pois são “os assentamentos rurais que provocam a ressocialização das famílias através do acesso à educação, da produção agropecuária, da transformação de áreas de pastagens em áreas cultiváveis, em áreas de preservação ambiental, etc”. (FERNANDES; LEAL, 2002, p. 8).

Na verdade, com a implantação e a consolidação do assentamento e com as mudanças – concentração fundiária e organização territorial – e demandas dele decorrentes – saúde, educação, transporte, moradia – é que se inaugura esse processo. É essa nova etapa que passaremos a analisar através da dimensão política e dos indicadores já apresentados, em destaque, no QUADRO 1.

Assim, quando falamos na dimensão política dos impactos socioterritoriais, destacamos o conteúdo político das ocupações de terra, que leva a mudanças fundiárias decorrentes da territorialização dos assentamentos. Falamos, ainda, na ressocialização sociopolítica e econômica a partir de sua consolidação.

#### 4.2. Dimensão política: de território do latifúndio a território camponês

##### 4.2.1. Concentração Fundiária, Organização Territorial e Social

O processo de investigação desse trabalho nos permite afirmar que o primeiro impacto socioterritorial vivido por um município, com a implantação de um assentamento, é a substituição dos latifúndios pelas pequenas propriedades familiares. Nesse aspecto, a estrutura fundiária de um estado pode dar pistas do grau de concentração de suas terras.

No Tocantins, historicamente, nenhuma frente de ocupação gerou sustentabilidade econômica ou ambiental. Normalmente, a abertura de novas áreas e o conseqüente desenvolvimento das diferentes atividades econômicas culminou numa rede urbana, composta de pequenas cidades, pouco integradas, com infraestrutura e indicadores sociais e ambientais bastante precários.

Analisando a estrutura fundiária do estado, verificamos que, durante a década de 1960, houve o avanço da fronteira agrícola, incentivada pela rodovia Belém-Brasília (BR -153), que alterou ainda mais a já frágil estrutura socioeconômica vigente. Ela deslocou definitivamente o



desenvolvimento e a ocupação do antigo norte goiano para as áreas de melhor acesso, próximas à rodovia. Tal fato fez com que muitas cidades fossem criadas e investimentos redirecionados para essas regiões.

As terras do estado se tornaram mais concentradas a partir de então, favorecendo a valorização daquelas próximas à rodovia, já que ela facilitava o acesso aos grandes mercados e centros urbanos. A Belém-Brasília representou fator imprescindível, portanto, para a expansão agropecuária e a concentração fundiária de norte a sul do estado.

Além da concentração fundiária, muito comum no “novo” estado do Tocantins, também costumeiro é o processo de “grilagem de terras”<sup>2</sup>, cujo resultado, atualmente, são as grandes propriedades e os grandes projetos agroindustriais no estado. Por outro lado, esse processo é também determinante para a ocorrência de grandes conflitos agrários, bastante habituais na região do Bico do Papagaio, no norte do estado.

Com a criação do estado do Tocantins, em 1988, houve uma significativa melhora nas atividades relacionadas ao campo: surgimento de novas rodovias, pavimentação e melhoria das antigas, além do desenvolvimento dos meios de comunicação e da eletrificação rural. Criou-se uma melhor integração entre as cidades e entre elas e a nova capital do estado, Palmas. Esta, por sua especificidade, inaugurou novos eixos de integração regional, principalmente com o oeste baiano, o Distrito Federal, o sul do Maranhão, o sul do Pará, o oeste do Mato Grosso e com o próprio estado de Goiás.

Tal integração, combinada com as baixas densidades demográficas e com o baixo valor das terras, contribuiu para atrair investidores e promover a transição de uma agricultura tradicional para uma agricultura em processo de modernização, acompanhada pelo desenvolvimento e a expansão do agronegócio e suas diferentes linhas de cadeias produtivas.

Com base no exposto, e sob a visão dos impactos socioterritoriais, podemos afirmar que o primeiro impacto sobre o município de Cristalândia foi a substituição do latifúndio – a Fazenda Jatobá – pela territorialização do assentamento rural Pe. Josimo I e II, ação essa empreendida pelos sem-terra, com a atuação do MST, o que dá ao processo um forte cunho político.

A fim de analisarmos mais detalhadamente esse impacto, convém observarmos alguns dados referentes à estrutura fundiária do município de Cristalândia no ano de 2004, ano anterior à transferência das famílias. De acordo com o INCRA (2004), a estrutura fundiária do município de Cristalândia era constituída por 248 imóveis rurais com área de até 320 ha. Eram pequenas propriedades que corresponderiam a até 04 módulos fiscais<sup>3</sup>, representando 14,3% das terras do município. E, em outro extremo, o município contava com 50 imóveis rurais com áreas acima de 1.200 ha, correspondendo a 43,7% de suas terras.

Essa situação ilustra a grande concentração fundiária comum ao estado do Tocantins e, nesse caso, também ao município de Cristalândia. Neste, apenas 50 imóveis rurais concentravam quase a metade das terras do município, com população de 6.520 habitantes (IBGE, 2004). Apenas 14,3% da área total eram divididas em pequenas propriedades, caracterizadas, principalmente, pela produção familiar e de subsistência.

Em contraponto a essa realidade, é criado o assentamento Pe. Josimo I e II, que possui uma área de 8.146,0683 ha, compreendendo 35% do total da área para Reserva Legal e para área de Preservação Permanente<sup>4</sup>. Essas duas áreas, num total de 682,0166 ha, foram destinadas conforme legislação ambiental.

No parcelamento, o assentamento foi dividido em 162 lotes. Cada um possui uma média de

<sup>2</sup> A grilagem de terras é um termo utilizado para a posse ilegal de terras através da falsificação dos títulos de propriedade de terras públicas e alheias. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues>. Acesso em: 18 mar. 2012.

<sup>3</sup> O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural, fixada para cada município, quanto a sua dimensão em hectares (no Tocantins mede entre 80 e 100 ha), de acordo com o Art. 4º. da Lei 8.629/93. Sendo que o minifúndio corresponde a 01 módulo fiscal; a pequena propriedade entre 01 e 04 módulos fiscais; a média propriedade entre 04 e 15 módulos fiscais e a grande propriedade, acima de 15 módulos fiscais. Fonte: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm). Acesso em: 18 mar. 2012.

<sup>4</sup> As áreas de reserva e preservação do Assentamento Pe. Josimo I e II estão todas na forma de condomínio, não existindo áreas de reserva e preservação individuais em cada lote.

50,32 ha, nos quais cada família reside, não existindo hoje, portanto, agrovilas no assentamento. Isso representa o aumento no número de propriedades com área de 50 a menos de 100 ha, significando que a territorialização do assentamento acarreta mudanças para a estrutura fundiária do município. Se não são mudanças significativas, representam, certamente, a mostra de que o “território do latifúndio” vem sendo, aos poucos, substituído pela territorialização dos assentados rurais.

É claro que não podemos desconhecer a complexidade do processo, que envolve interesses político-institucionais pela desapropriação de terras, má localização destas, superfaturamentos, dentre outros fatores. Porém, devemos entender que a política de desapropriação da terra para a Reforma Agrária é resultado da pressão popular, organizada e atribuída aos diversos setores de atuação dos movimentos sociais ligados a questões agrárias no país.

Dessa forma, o agora “território dos assentados” do Pe. Josimo I e II passa por nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas distintas da antiga propriedade. São alterações na conformação do espaço, nas relações sociais e no sistema produtivo, a fim de viabilizarem a implantação e a consolidação do assentamento.

Quanto à organização territorial das estruturas existentes, e das que estão em construção, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento<sup>5</sup> (PDA/2008) e pesquisas de campo, destacamos as alterações apontadas a seguir.

As vias principais (eixões) e estradas vicinais foram abertas no ano de 2007 através de convênio firmado entre o INCRA e a Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia. Soma-se um total de 6,5 km de estradas, além da construção de pontes de madeira e bueiros. Foram feitas aberturas de estradas em quase todo o assentamento para facilitar o acesso e o deslocamento das famílias. As vias principais são alimentadas por estradas vicinais, que dão acesso a cada um dos lotes.

A casa sede da antiga fazenda (FOTO 1), que se encontrava em estado de deterioração e necessitando de reformas, foi utilizada, até o segundo semestre de 2010, pelas 59 famílias do Pe. Josimo II como espaço coletivo do assentamento. Nela vinham sendo realizadas várias atividades como assembléias, cursos, lazer, encontros e reuniões. A antiga sede funcionava, também, como alojamento para trabalhadores da empresa (Prestobem Comércio de Materiais Elétricos/Paraíso-TO) responsável pela eletrificação do assentamento. Nos arredores da casa existiam estruturas que eram utilizadas como depósito, paiol, chiqueiro e casa de vaqueiro. Hoje, desde o primeiro semestre de 2011, uma nova estrutura para uso coletivo foi construída em espaço próximo à antiga sede.

**FOTO 1** – Casa sede da antiga fazenda



Fonte: Pesquisa de campo.

O espaço que era utilizado como curral está em bom estado de conservação e é uma estrutura coletiva do assentamento, onde são realizadas práticas de manejo do gado existente. Está localizado próximo à casa sede da antiga fazenda.

<sup>5</sup> O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) é um estudo coordenado pelo INCRA, que mostra a realidade do assentamento e serve como fonte de informação, a fim de nortear ações do INCRA, Prefeituras, NATURATINS, RURALTINS e outras esferas do governo para implementação de políticas públicas na comunidade. Fonte: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/142>. Acesso em 18 mar. 2012.

Um poço artesiano foi construído por meio de recursos do INCRA. Localiza-se na área coletiva do assentamento, onde foi também instalada uma caixa d’água. A construção de habitações (FOTO 2), realizada com recursos do INCRA e também do Crédito Habitação atende hoje à totalidade das famílias assentadas. Através do apoio das Prefeituras de Nova Rosalândia e de Oliveira de Fátima, foi construído um campo de futebol que é um dos poucos espaços internos de lazer para as famílias. Os estudantes são levados por transporte escolar para o município de Nova Rosalândia cuja prefeitura disponibiliza 02 vans (com 16 assentos cada uma) e 01 ônibus (45 assentos) para esse fim. O deslocamento dessas famílias até os municípios vizinhos é feito por meio de animais, bicicletas, motos e uns poucos veículos particulares, ou de caronas cedidas pelo transporte escolar. Muitas das estruturas como: escolas, posto de saúde, energia elétrica, barracão da associação, igrejas, praças ainda não existem, mas têm sido planejadas para implementação pelas famílias assentadas. Outra dinâmica implementada pelo “território dos assentados” é a da organização social, assunto do próximo item.

**FOTO 2** - Casa construída com recurso do crédito habitação



Fonte: PDA/2008. Reproduzido pela autora.

#### 4.2.1. Poder Local, Participação Política e Políticas Públicas.

Conforme o último levantamento realizado durante a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA/2008), existem 161 famílias no assentamento em questão, sendo 102 no Pe. Josimo I e 59 no Pe. Josimo II. Muitas dessas famílias participaram da luta desde o início do acampamento (83,2%), permanecendo nele durante os cerca de 23 meses de sua duração; outras se juntaram ao grupo no momento anterior à transferência para a terra desapropriada para instalação do assentamento (16,8%).

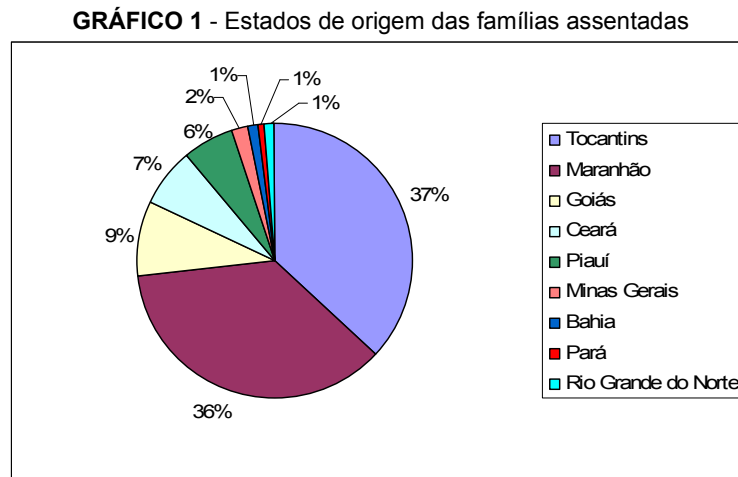
A população do assentamento Pe. Josimo I e II é, segundo dados do PDA/2008, de 497 pessoas. As crianças de 0 a 10 anos correspondem a 22,13% do total da população; os adolescentes de 11 a 15 anos somam 13,85%; os jovens de 16 a 24 anos representam 22,54%; a população de 25 a 60 anos constitui 39,04% e as pessoas acima de 60 anos; 3,22%. (TABELA 1).

**TABELA 1** - Distribuição da população do assentamento por faixa etária e gênero

Faixa Etária	Gênero		Sub - Total	(%)
	Feminino	Masculino		
Até 6	34	32	66	13,28
7 a 10	26	18	44	8,85
11 a 15	35	30	65	13,08
16 a 18	20	28	48	9,66
19 a 24	27	37	64	12,88
25 a 40	53	53	106	21,33
40 a 60	43	45	88	17,71
>60	5	11	16	3,22
Sub Total	243	254	497	100,0
TOTAL	497			

Fonte: PDA, 2008. Adaptado pela autora.

Quanto à origem das famílias assentadas, há uma variedade de cidades de Tocantins e de outros estados. Identificou-se que 37% das famílias são do próprio estado do Tocantins, de cidades próximas: Nova Rosalândia, Porto Nacional e Palmas, e de cidades mais distantes como Araguaína e Miranorte. Há, ainda, 36% da população oriunda do Maranhão, 09% do estado de Goiás, 07% do Ceará. Pará, Bahia e Rio Grande do Norte representam 01% cada um. Minas Gerais e Piauí somam 02% e 06%, respectivamente. Essa distribuição pode ser observada no GRÁFICO 1:



Fonte: PDA (2008). Adaptado pela autora.

Antes de ir para o assentamento, os homens exerciam, principalmente, as atividades de lavrador e pedreiro. As mulheres, na sua maioria, trabalhavam como agricultoras e costureiras; em menor número, elas exerciam atividades como merendeira, serviços gerais e professora (PDA/2008).

Em se tratando da documentação pessoal das famílias assentadas, foi possível identificar (PDA/2008) que, das 497 pessoas residentes no Assentamento Pe. Josimo I e II, 96,4% possuem Certidão de Nascimento; 65% apresentam Carteira de Identidade; 60,2% têm CPF e 57,9% possuem Título Eleitoral. É o que pode ser observado na TABELA 2, a seguir:

**TABELA 2 – Documentação por faixa etária**

Faixa Etária	Documentação								Geral
	CN		RG		CPF		Título de Eleitor		
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Até 06	58	87,9	1	1,5	-	-	-	-	66
7 a 10	44	100,0	2	4,5	-	-	-	-	44
11 a 15	63	96,9	17	26,2	8	12,3	-	-	65
15 a 18	47	97,9	41	85,4	35	72,9	30	62,5	48
19 a 24	63	98,4	59	92,2	56	87,5	59	92,2	64
25 a 40	104	98,1	103	97,2	100	94,3	100	94,3	106
40 a 60	84	95,5	84	95,5	84	95,5	83	94,3	88
Mais de 60	16	100,0	16	100,0	16	100,0	16	100,0	16
<b>TOTAL</b>	<b>497</b>	<b>96,4</b>	<b>323</b>	<b>65,0</b>	<b>299</b>	<b>60,2</b>	<b>288</b>	<b>57,9</b>	<b>497</b>

Fonte: PDA (2008). Adaptado pela autora.

Cabe, ainda, apresentar a organicidade do assentamento. Este é organizado internamente através de 11 núcleos de famílias, sendo que todas essas famílias pertencem ao MST e acompanham sua organização política. A Coordenação Política do assentamento é composta, atualmente, de 22 coordenadores. A eles cabe organizar, discutir, debater, analisar, estudar, conduzir e encaminhar as demandas no que diz respeito aos aspectos sociais, políticos e econômicos do assentamento.

Ainda no Pe. Josimo I existe a Associação Firmino Prudêncio, que representa juridicamente todas as 161 famílias assentadas. A associação, que indica outra forma de organização no

assentamento, tem o papel de atender às demandas de ordem jurídica e burocrática junto ao INCRA e a outros órgãos públicos e privados, relacionados a convênios, projetos e outras ações de interesse das famílias assentadas. Também na parcela denominada Pe. Josimo II há a organização das famílias através de uma associação, a Associação Manoel Tadeu. Há também a organicidade adotada pelo MST nos núcleos de famílias; setores como educação, saúde e produção; além da coordenação política do assentamento, a fim de estabelecer políticas internas e externas ao lugar.

Com o intuito de identificar e entender a dinâmica organizativa do assentamento, a partir das relações internas e externas com outros atores sociais envolvidos direta e indiretamente com o universo do assentamento, utilizamos dados do PDA/2008, confirmados pela pesquisa de campo. Através deles, foi possível reconhecer os atores (entidades ou agentes) externos e internos que possuem relação direta ou indireta com o assentamento.

Vejamo-los por ordem de importância. Tanto a Associação Firmino Prudêncio quanto a Associação Manoel Tadeu são relevantes por representarem os interesses dos assentados. No entanto, a primeira se destaca por representar juridicamente todas as famílias assentadas. É através dela que se buscam projetos e benefícios para o assentamento. Com o pagamento de mensalidades, ela acumula recursos financeiros para realizar algumas demandas coletivas como viagens e atividades do movimento.

O MST, por sua vez, contribuiu desde o período de organização do acampamento até a consolidação do assentamento. Auxiliou no desenvolvimento pessoal das famílias assentadas através dos espaços de luta e de formação, de viagens, ocupações, cursos de formação, encontros. Possibilitou a todos que participam do movimento de forma geral um grande aprendizado coletivo em diversas áreas do conhecimento.

Os núcleos de base, no assentamento, têm como uma de suas referências organizativas os núcleos de família. Estes promovem melhor funcionamento das reuniões, debates coletivos e até mesmo estudos para as coordenações de núcleos e a coordenação da Associação Firmino Prudêncio. Já as Igrejas Católica e Evangélica, ou outras crenças religiosas, não acompanham diretamente as famílias, mas têm se organizado para funcionamento permanente no assentamento.

A Associação Estadual de Cooperação Agrícola (AESCA) também contribuiu com o assentamento, principalmente no auxílio da criação da Associação Firmino Prudêncio. A AESCA apresenta um trabalho qualificado. No entanto, existe, por parte dos assentados, alguma resistência quanto à falta de responsabilidade e pontualidade da associação na realização das atividades das quais foi incumbida. A elaboração do PDA/2008, por exemplo, é uma dessas atividades.

A Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia tem auxiliado as famílias, principalmente no que diz respeito ao transporte das pessoas do assentamento. Essa prefeitura, como já mencionamos, ajuda no transporte dos alunos, além de disponibilizar transporte geral em dia determinado. Auxiliou também na construção das estradas. No entanto, as famílias assentadas apontam que ela deveria ser mais ágil quanto aos programas assistenciais. A Secretaria de Educação dessa cidade tem uma boa relação com as famílias do assentamento. Isso porque o transporte escolar, apresentando um bom planejamento semanal, corresponde às expectativas das famílias e dos alunos.

Também a Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima contribui com o assentamento; entretanto, não está ligada diretamente a ele. Sua Secretaria de Educação se relaciona positivamente com as famílias assentadas, todavia, o transporte escolar não corresponde às expectativas dos alunos. A má conservação dos veículos ocasionou a perda de aulas para muitas crianças que estudam no município.

Por sua vez, a Secretaria de Saúde de Nova Rosalândia disponibiliza o serviço de dois agentes de saúde no interior do assentamento. Eles moram junto aos assentados, criando um elo dos moradores com o sistema de saúde do município de Nova Rosalândia. Entretanto essa prefeitura não auxilia no transporte para realizar o acompanhamento médico das famílias nem realiza consultas e diagnósticos no assentamento periodicamente. Assim, as 161 famílias contam apenas com a assistência desses agentes de saúde. A fim de serem atendidas na

cidade vizinha, elas precisam realizar deslocamento por conta própria.

Em relação ao INCRA, segundo os assentados, é constante a necessidade de insistentes cobranças por parte da associação para que suas reivindicações e demandas sejam atendidas. Inclui-se para a solicitação da presença de técnicos para o atendimento dessas demandas e a solução de questões. Quanto ao Conselho Tutelar, ainda segundo os assentados, este não tem atuação diretamente no local. Quando solicitado, porém, tem agido de acordo com as reivindicações do assentamento.

O Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), que deveria ter proximidade com o assentamento, não tem desenvolvido trabalhos em benefício das famílias assentadas. Há muitas dúvidas por parte delas quanto às áreas de reserva legal dos rios, que são áreas de preservação permanente, e o manejo dentro das unidades de produção.

O comércio existente na região não tem influência permanente no assentamento, apenas de forma sazonal, na época de extrativismo do cerrado. As famílias assentadas têm uma pequena renda familiar no período de recolher os frutos de extrativismo, entregando-os diretamente ao atravessador. Elas contam, ainda, com o auxílio do Crédito Fomento, que se destina à compra de alimentos e insumos.

As relações mais próximas com os comerciantes da região são para compra de alimentos. Nessas ocasiões, os comerciantes têm oferecido crédito aos assentados, possibilitando-lhes obter mantimentos. Há, portanto, a construção de uma relação de confiança para com as famílias do assentamento.

Quanto à filiação a partidos políticos, averiguamos que, dos 38 representantes de famílias entrevistados (23,6% das famílias residentes no assentamento), 23 não são filiados a partidos políticos, 15 são filiados a partidos – são eles PFL, PV e PT. Nenhum dos entrevistados vota em Cristalândia. Eles têm seus títulos nos domicílios eleitorais de Nova Rosalândia (16 entrevistados), Oliveira de Fátima (08 entrevistados) e Porto Nacional (06 entrevistados).

Tais dados deixam clara a fraca identificação política dos assentados com o município de Cristalândia, diferentemente do que é observado em relação a Nova Rosalândia. Vale ressaltar, ainda, a força da aliança dos moradores do Pe. Josimo I com o MST, o que não foi verificado entre os entrevistados do Pe. Josimo II.

Segundo a coordenação geral de Pe. Josimo I e II, as relações do assentamento com os governos municipais, estadual e federal e com os órgãos com ligação direta ao assentamento, como o INCRA e o NATURATINS são marcadas por constante negociação e cobrança.

Esse parecer caracteriza bem as relações dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra com os poderes públicos; são relações marcadas por constantes reivindicações por melhor infraestrutura e melhores programas para o desenvolvimento das famílias assentadas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os impactos socioterritoriais, no contexto dos assentamentos, podem ser compreendidos, em primeiro lugar, como as transformações sofridas pelas famílias durante o processo de luta, nos acampamentos, ocupações e demais manifestações públicas. Em segundo lugar, a partir da implantação e consolidação dos assentamentos; que ainda passam por um momento de grandes dificuldades, mas que, conforme confirmaram todos os assentados entrevistados nesta pesquisa, lhes trouxe uma melhora nas condições gerais de vida quando comparadas à situação de antes de ingressarem no movimento.

Esses impactos referem-se também, como constatamos no caso estudado, às transformações estabelecidas na relação do assentamento com os municípios em seu entorno. A existência do assentamento criou demandas por políticas públicas, o que passou a criar relações – conflitos e parcerias – com os governos municipais, estadual e federal. A presença do assentamento também causou mudanças econômicas – principalmente comerciais – nos municípios.

Este conjunto de elementos nos permite compreender que os assentamentos são viáveis social, econômica e politicamente desde que inseridos numa política agrária pautada na melhoria da qualidade de vida.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/ANDAPOCS/Editora Unicamp, 1992.
- DATALUTA: **Banco de dados da luta pela terra (Relatório 2008)**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; LEAL, Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da ANPEGE, 23 a 26 de março de 2002. (mimeogr.).
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar 2007**. São Paulo/Rio de Janeiro: Fibge, 2008.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano de desenvolvimento do projeto de assentamento Padre Josimo I e II. (PDA/2008)** Palmas-TO, ago. 2008.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Lauda de vistoria e avaliação da Fazenda Jatobá**. INCRA SR-26, Palmas-TO, nov. 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira. (Coords.). **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais – Relatório parcial de pesquisa, 1998, convênio CPDA/UFRRJ/FINEP**. Trabalho apresentado no XXII Encontro anual da ANPOCS, 27 a 31 de outubro de 1998, Caxambu-MG. 1998.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: contexto, 1991.
- SEPLAN. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico. **Anuário Estatístico do estado do Tocantins**. Base de Dados Geográficos, Palmas-TO, 2003.
- RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema/SP**. 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.
- VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.